

PERCURSOS E CONSTRUÇÕES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA PORTO ALEGRE (MELGAÇO-PA)

Ítala Maria Barbosa da Silva¹

RESUMO

O presente artigo discute o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre, na comunidade Galileia, município de Melgaço-PA. Objetiva-se construir os percursos para a elaboração deste projeto do ponto de vista de uma proposta democrático-participativa. Utiliza-se como metodologia a pesquisa-ação, nesta relação entre comunidade local, alunos e professores, na constituição dos dados coletados interpretados à luz da perspectiva teórica do campo da educação, particularmente, dos estudiosos da área da gestão escolar. Desvela-se com as interpretações desse movimento de escuta e produção político-pedagógica, nortes delineadores do contexto escolar que envolve a trajetória estudantil dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE:

Comunicação visual; Gestão; Participação Democrática; Projeto Político Pedagógico; Comunidade Galileia.

1 – INTRODUÇÃO

O município de Melgaço localiza-se no centro-oeste do arquipélago do Marajó, mais precisamente na região do ocidente marajoara. Nesse município, situa-se a Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre localizada na comunidade Galileia, meio rural do município.

Por ser uma escola situada entre rios e florestas, a via de acesso a ela é feita, exclusivamente, por transporte fluvial de barco ou lancha. A viagem da sede do município para se chegar à instituição, leva em média duas horas em barco de médio porte e em lancha, o tempo fica reduzido há 25 minutos.

Quanto à sua criação, constam nos registros de arquivos da Secretaria Municipal de Educação – documentações de ficha individuais e matrículas – datadas do ano de 1999. Não há documentos – como decreto-lei municipal – que designam a fundação da unidade escolar, visto que em 1996, por ocasião da revolta popular que ateou fogo ao prédio da prefeitura municipal, toda a documentação existente foi queimada. Já no Ministério da Educação, a escola está registrada sob o código nº. 15021041, do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o que caracteriza o seu funcionamento legal, apesar de não está regularizada pelo Conselho Estadual de Educação.

A escola é toda construída em madeira, possui dois blocos de salas de aulas, com 5 salas no bloco direito e 4 no bloco esquerdo e, ainda, um depósito para armazenamento de merenda, uma cozinha com refeitório e uma sala interativa onde ficam 05 computadores para acesso dos alunos. Nessa sala multimídia, há uma caixa amplificadora, uma televisão, um datashow e vários recursos e jogos para assessoramento pedagógico dos professores.

Ainda nesta parte da infraestrutura escolar, não há espaço para os setores administrativos da escola como sala da direção, coordenação pedagógica, orientação, e os trabalhos são realizados no espaço da sala interativa. Neste aspecto, a escola necessita urgentemente de uma reforma e ampliação do espaço físico para desenvolver as funções administrativas e pedagógicas.

Atualmente, a Escola Porto Alegre oferta de 1º ao 9º ano do ensino fundamental e atende uma demanda de 342 alunos, distribuídos em dois turnos, manhã e tarde, além de uma turma da Educação de Jovens e Adultos - EJA, 2ª Etapa, com 20 alunos que funciona no turno da tarde. É claro que toda essa clientela não está localizada apenas na Vila Galileia, parte dessa demanda são alunos que vivem às margens dos rios no entorno da escola, ou em outras comunidades distantes cujos alunos se deslocam para ela gastando em média 3 horas em viagem de barco no percurso de ir e vir.

Quanto ao corpo técnico-administrativo, compõe a gestão da escola uma diretora, um coordenador e um secretário escolar, além de 10 professores. A equipe de apoio é formada por 03 merendeiras e 02 serventes e 11 barqueiros realizam o serviço de transporte escolar que é terceirizado no município. Portanto, ao todo, a escola possui 29 funcionários.

Desde 2010, quando a escola tornou-se uma Escola Matriz pelo novo modelo de nucleação adotada pela rede de ensino do município, a gestão da escola vem buscando estratégias

¹ Mestranda em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia; Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal do Pará e Graduada em Letras com Licenciatura Plena em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pará. E-mail: italamib@yahoo.com.br

de enfrentamento dos problemas educacionais que vão desde a ausência de um currículo e metodologias que discutam a articulação entre saberes locais dos alunos e conhecimento especializado das diferentes áreas do conhecimento, problemas de infraestruturas, até a questão da falta de formação do professor.

É claro que esses fatores, bem sabemos, influenciam diretamente no rendimento escolar e contribuem para que a escola apareça no cenário nacional com Baixo Índice de Desenvolvimento Educacional, medindo em 2011 um IDEB de 3,3 quando a média nacional foi 5,0, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da EMEF Porto Alegre

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						
	Esfera	IDEB Observado				Meta	
		2005	2007	2009	2011	2013	2015
IDEB Brasil	3,8	4,2	4,6	5	4,7	5,0	
IDEB Estado	2,8	2,8	3,7	4,2	3,8	4,1	
IDEB Município	1,7	2,2	3,7	3,6	3,5	3,8	
IDEB Escola (EMEF PORTO ALEGRE)	-	-	-	3	3,3	3,6	

Fonte: <http://pdeinterativo.mec.gov.br>

Diante dos desafios educacionais ora expostos, bem como de nossa preocupação em oferecer aos alunos ensino de qualidade, percebemos a urgência em discutir essas problemáticas a partir da realidade local e construirmos coletivamente o planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) que a escola, até o momento, não tem.

Sabe-se que muito mais do que uma obrigação de cumprir uma determinação legal, a construção do PPP de uma escola favorece a autonomia, fortalece a gestão, reflete a proposta educacional e os problemas vivenciados no seio da escola, visando contribuir com o trabalho desenvolvido pela mesma.

Em diálogo com a equipe gestora da Escola, levando em conta que a construção do PPP demanda tempo e segue um cronograma mais intenso, optamos por realizar um projeto de intervenção no intuito de dar os primeiros encaminhamentos para construção desse documento.

Desta forma, utilizando como metodologia a pesquisa-ação, o objetivo deste trabalho é construir os percursos para a elaboração deste projeto do ponto de vista de uma proposta democrático-participativa.

Segundo Thiollent (2005, p.25):

Como estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como

modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada.

Trazer a comunidade escolar para discutir seus problemas e dele tomar parte, resulta num compromisso maior, tanto da família como da escola, com a melhoria da qualidade da educação. Assim, desvela-se com as interpretações desse movimento de escuta e produção político-pedagógica, nortes delineadores do contexto escolar que envolve a trajetória estudantil dos alunos.

Para que isso se efetivasse, realizou-se com a equipe gestora da escola leituras sobre elaboração participativa do PPP e sobre as especificidades da educação no meio rural, depois com toda a comunidade escolar foram levantadas informações sobre os dados educacionais da mesma e do contexto local através de reuniões de instrumentalização (construção coletiva) para coletas de informações.

Como resultado, no final desse processo, objetiva-se deixar à escola um roteiro dos procedimentos realizados até o momento para que futuramente se possa dar prosseguimento na elaboração do PPP da mesma.

Todo esse processo fez a gestão reviver, analisar e reavaliar sua prática pedagógica frente aos desafios da Escola Porto Alegre e possibilitou a todos renovar o compromisso assumido como educadores preocupados com a qualidade do ensino naquela comunidade. As várias reuniões promovidas e as formações com a equipe técnica ampliaram o conhecimento sobre o Projeto Político Pedagógico e favoreceram maior entrosamento com a comunidade escolar.

Para a comunidade Galileia, a discussão sobre a realidade local e o conhecimento sobre o tema em estudo foi relevante porque motivou a comunidade a querer participar mais da vida da escola. Ela compreendeu que o PPP é uma via de conquistas de melhorias na escola e, conseqüentemente, promoverá melhorias na própria comunidade.

Assim, a realização deste projeto de intervenção, servirá de apoio a futuras pesquisas sobre a Escola Porto Alegre e de subsídio para dar prosseguimento a elaboração do PPP da mesma.

Frente ao exposto, o trajeto deste artigo está estruturado em dois tópicos precedidos de uma Introdução. No primeiro, elaboramos uma discussão a respeito da gestão e participação democrática na educação em termos de Brasil. Logo após, situamos os procedimentos dos percursos de elaboração do PPP da Escola Municipal Porto Alegre para, em seguida, interpretamos os primeiros passos de concepção do Projeto Político Pedagógico embasado na proposta democrática da gestão escolar. Por fim, elaboramos breves considerações sobre os caminhos desta proposição na comunidade Galileia.

2 – Gestão e Participação Democrática na Educação: algumas considerações preliminares

Nas políticas educacionais que se pensa uma escola, muito se tem falado e debatido calorosamente posições acerca da gestão democrática e participação democrática da comunidade escolar nas decisões institucionais de ensino.

A postura educacional da escola frente às novas transformações sociais e culturais na sociedade tem sido alvo de constantes reavaliações de trajetória da escola em seu contexto de atuação formal diante da realidade dos alunos. A situação educacional do aluno e função social da escola tem sido repensada no âmbito das questões externas e internas, permeadas por vários fatores e suas múltiplas implicações institucionais, políticas e financeiras.

Neste aspecto, a primeira situação refere-se à influência intensa de elementos externos ao seu espaço de atuação - instâncias políticas e gestoras de governo e políticas públicas, a sociedade civil organizada, a comunidade onde está inserida e as mudanças sociais e culturais - constitutivas de sua trajetória institucional. A segunda, compõe ações esperadas da escola pela sua existência, que variam de acordo com a visão de mundo da sociedade onde esteja inserida envolvida com questão reprodutora das condições de vida de uma sociedade ou espaço de transformação desta sociedade.

Para Cury (2001, p, 9-10)

Um corpo de conhecimentos fundamentais sistematizados, como fruto da produção social do homem, vem penetrando cada vez mais em todos os territórios da vida humana e sob as mais variadas formas. A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de mudança que vai do processo de produção às mais elaboradas formas de estética. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, de comunicação, do lazer e de múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa.

Atualmente, por exemplo, vivemos um imbricado jogo de relação de poder, decorrente das mudanças do papel do Estado, das relações políticas e do jogo do mercado financeiro.

Segundo Afonso (2001, p. 19),

“... a construção histórica dos Estados-nação e a sua relação com a educação pública e a ideia de cidadania sempre foram extremamente complexas e ambivalentes, e sempre tiveram implicações políticas e culturais importantes – muitas das quais estão hoje a ser retomadas e criticamente analisadas pelo facto de o próprio papel do Estado estar em redefinição, em grande medida, por influência, mais ou menos directa, dos processos de globalização cultural e de transnacionalização do capitalismo.”

Em termos de relações econômicas, vivemos hoje o fortalecimento do capitalismo excludente refletido na acumulação desenfreada das riquezas e no agravamento do quadro de desigualdade social.

Toda essa reflexão é importante para se compreender o mundo atual e as suas implicações para a prática pedagógica. Ela não é mais a detentora do conhecimento, pois ele está agora disponível a todos pelos vários instrumentos da era da informação. As relações sociais se tornaram mais complexas e o perfil do aluno mudou bastante.

As mudanças sociais apontadas anteriormente exigem que a educação ressignifique seu papel e função, e a escola como agente da ação pedagógica e local de materialização das garantias e direitos da sociedade, repense sua forma de entender-se e compreender o mundo que a cerca.

Desta forma, podemos perceber os grandes desafios que se colocam àqueles que tentam atuar como gestores de instituições escolares. É necessário compreender a escola como uma organização complexa, síntese de múltiplas determinações. A percepção da escola como parte integrante, influenciada e influenciadora das

mudanças sociais é fundamental para uma prática pedagógica reflexiva e atenta a meandros e sutilezas, assim como das possibilidades da escola em responder as demandas da sociedade no sentido de cumprir com sua finalidade social.

Soma-se a isto a identificação da importância do envolvimento da comunidade escolar no processo de condição da vida da escola. Pais, ex-alunos e a comunidade do entorno escolar em geral, precisam ser integrados ao cotidiano da escola, envolvidos numa prática pedagógica dialógica e de corresponsabilidade para com o sucesso escolar de seus filhos e o gestor é o principal agente a favorecer esse envolvimento.

O processo democrático vive da ação coletiva e, como tal, implica participação da comunidade escolar no processo de discussão e definição de suas políticas e projetos educacionais. (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004, p.22).

Assim, o entendimento da dinâmica das mudanças que se processam na sociedade como um todo e na educação em particular, é imprescindível para uma ação gestora direcionada e comprometida com a transformação social. Ser gestor numa escola em mudanças implica em compreendê-la como uma organização aprendente - ou seja, ela não é mais a detentora do conhecimento, está disposta a aprender sempre - aberta e atenta às mudanças na sociedade e, acima de tudo, ciente de sua função e do paradigma de qualidade que permeia suas ações, em busca de uma escola cidadã e, de fato, democrática.

Diante destas questões, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei Federal nº 9394/96 em seu Artigo 12 determina que os estabelecimentos de ensino tenham a incumbência, respeitando as normas comuns e as do

seu sistema de ensino, de elaborar e executar sua proposta pedagógica. Isso muda a prática pedagógica na medida em que permite à escola organizar e inovar na execução de sua ação educativa para favorecer novos mecanismos e instrumentos que viabilizem uma atuação mais efetiva do gestor com vista a promover a autonomia da escola e uma gestão participativa e democrática.

Assim sendo, a democratização da gestão escolar tendo como sustentáculo a participação dos sujeitos escolares na elaboração do PPP e na atuação dos órgãos colegiados requer, portanto, mudança de mentalidade.

Mas como falar numa gestão democrática sem a atuação dos órgãos colegiados se em boa parte de nossas escolas ribeirinhas o conselho escolar ainda não foi consolidado? Em Melgaço, por exemplo, por longo tempo, a Secretaria de Educação é quem organiza e estabelece a composição dos conselhos escolares rurais, geralmente organizados em consórcio e formados por pessoas da cidade.

Faz-se necessário e urgente uma discussão mais direta com a Secretaria de Educação para que se efetive na Escola Porto Alegre a atuação do Conselho Escolar, pois como nos diz Vasconcelos (1995, p. 84) “os conselhos também representam importante espaço para a democracia da escola, através da articulação do trabalho entre os vários segmentos que a compõem.” Eles se constituem um importante espaço onde se concretiza o debate de opiniões por meio das discussões sobre os reais interesses da instituição escolar, além de favorecer a garantia de participação efetivamente democrática no ambiente escolar.

Nesse contexto, partindo de uma concepção de planejamento participativo é que o PPP constitui-se instrumento de intervenção na realidade escolar, visando organizar o trabalho pedagógico; a utilização dos tempos e espaços escolares, além de permitir que a comunidade escolar possa refletir, definir, construir coletivamente os pilares de sua trajetória histórico-social.

Vieira (2007, p. 62) afirma que

Segundo a LDB, a elaboração e a execução de uma proposta pedagógica é a primeira e principal das atribuições da escola, devendo sua gestão orientar-se para tal finalidade. Isto porque desta definição dependem muitas outras. A proposta pedagógica é, com efeito, o norte da escola, definindo caminhos e rumos que uma determinada comunidade busca para si e para aqueles que se agregam em seu entorno.

O projeto político pedagógico é resultado de uma reflexão política sobre a prática pedagógica, prática voltada para a transformação escolar. Para que a transformação ocorra é necessário que haja vínculo de articulação entre várias instituições: igreja, demais escolas, secretaria de educação, clubes, entre outros. Nenhuma escola caminha só, mesmo que a comunidade escolar esteja pronta para contribuir com o processo de democratização,

Significa dizer que a construção de um PPP não pode ser feito dentro de quatro paredes, pelo diretor e sua equipe técnica. Todos os que estão inseridos no contexto social onde a escola está localizada devem participar de sua elaboração.

Este modelo de planejamento educacional possibilita um trabalho democrático, participativo, solidário, humano, etc. Pode ser também considerado um instrumento de planejamento central porque nele está contido todos os tipos de relações sociais e educativas.

Então podemos considerar que se faz necessário e urgente, diante das informações de mudanças no âmbito educacional e de suma importância para todas as escolas a construção do Projeto Político Pedagógico e a meu ver é um instrumento de sustentação e solidificação das atividades internas e externas das políticas escolares em sua dimensão de ensino e aprendizagem.

3. Construindo o Projeto Político Pedagógico

O Projeto de Intervenção fundamentado na pesquisa-ação – identificação e processos de resolução de problemas - realizado em consonância com o coletivo da escola, possibilitou-nos lançar um olhar mais reflexivo sobre os problemas que veem se desenvolvendo ao longo dos anos na Escola Porto Alegre e nos levou a perceber que a ausência do Projeto Político Pedagógico é um dos entraves para que a gestão da escola possa traçar objetivos e metas a fim de alcançar um ensino de qualidade.

Em debate com a comunidade escolar sobre a importância da elaboração deste documento ao longo da realização do projeto de intervenção, por meio das reuniões realizadas, foi possível constatar que os sujeitos envolvidos no processo se mostraram dispostos a participar da construção do PPP. Após as primeiras discussões sobre o assunto, chegou-se a conclusão que por demandar tempo e cronograma específico das ações a serem desenvolvidas, optou-se por construir os primeiros percursos para elaboração do PPP da Escola Porto Alegre numa perspectiva democrática-participativa.

Ao final deste processo, foi sistematizado um relatório dos procedimentos realizados para que se possa, a partir daí, dar prosseguimento a elaboração do PPP.

3.1 Método

A par da realidade que influencia o fazer pedagógico na Escola Porto Alegre, iniciou-se os primeiros encaminhamentos para a construção do seu Projeto Político Pedagógico. Para que isso fosse efetivado, apoiou-se nos pressupostos que fundamentam a pesquisa-ação desenvolvida no processo de escuta e produção político-pedagógica na ação conjunta da gestão com a comunidade escolar. Nesse sentido, a pesquisa-ação constituiu-se em uma ferramenta importante de procedimentos da pesquisa. Segundo Thiollent (2005, p.16) a pesquisa-ação:

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Diante disso, os primeiros procedimentos que foram realizados trataram de construir os percursos de elaboração do PPP, problematizado na pesquisa, sendo a solução delinear de forma cooperativa, os caminhos de sua construção na comunidade escolar. Para essa trajetória, desenvolvemos o planejamento de quatro passos: leitura de literaturas especializadas em PPP, mobilização escolar, reunião com a comunidade em geral com vistas a formar grupos de trabalhos com o objetivo de realizarem pesquisa documental sobre a escola e aplicação de questionários para a construção do perfil escolar.

O primeiro passo para a execução do projeto de intervenção foi realizar reuniões com a equipe técnica da escola para que – conscientes da falta de formação específica e de um aprofundamento mais teórico sobre o assunto – houvesse a apropriação do conhecimento teórico-metodológico de construção de um PPP.

Nesta fase, foi empregada como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de textos que discursam sobre gestão democrática e Projeto Político Pedagógico. Na leitura das fundamentações teóricas sobre gestão e participação democrática foram fundamentais as ideias dos autores Paro (2001) e Veiga (2001) para ampliarem o conhecimento da gestão e subsidiar a discussão com a comunidade escolar.

O segundo passo se deu por meio do planejamento com o corpo técnico das ações que foram realizadas para mobilizar a comunidade escolar a participar das reuniões formativas sobre a elaboração do PPP. Para este momento, foram construídos panfletos

explicativos sobre o PPP e distribuídos à comunidade, bem como realizados debates com os alunos para que também eles compreendessem a importância de participarem desta discussão.

Quanto ao terceiro passo, foram realizadas reuniões com a comunidade em geral para discutir a importância de construção do PPP e, ao mesmo tempo, sensibilizá-la da necessidade de participar mais ativamente da vida da escola, objetivando-se com isso a criação de um espaço privilegiado de aprendizagem democrática nessa relação dialógica entre gestão e comunidade.

E por último e não menos importante, realizamos o quarto passo, utilizando-se como metodologia de trabalho a aplicação de questionários de perguntas abertas, constituídos de cinco perguntas cada, destinados aos integrantes da comunidade escolar. Foram distribuídos 40 questionários aos pais de alunos, 35 aos alunos, 15 aos docentes e 10 aos técnicos-administrativos, sendo que, ao todo responderam ao questionário 20 pais, 25 alunos, 10 docentes e 10 técnico-administrativos, respectivamente.

3.2 Relatos dos procedimentos realizados para construção do PPP

Nas reuniões com o corpo técnico da escola se socializou as noções básicas sobre o que é, para que serve e como deve ser elaborado o projeto político pedagógico de uma escola.

A audiência com a coordenação e orientação pedagógica foi essencial para se tomar conhecimento da realidade escolar. Como são técnicos educacionais saídos recentemente da formação acadêmica, ainda apresentam certo nível de inexperiência quanto à gestão e coordenação no cotidiano da escola.

Em uma dessas reuniões, como já foi dito anteriormente, discutiu-se os percursos de como elaborar o PPP de forma democrática e participativa, procurando envolver os técnicos nessa proposta e torná-los também nossos parceiros neste percurso. Discutiram-

se os trajetos com base nas diretrizes desta política – objetivo, caracterização da escola, concepção e princípios de escola, diagnósticos e planos de ação etc. – como os campos norteadores deste processo de construção.

Além disso, era relevante que os técnicos tendo conhecimento destes princípios educacionais no delineamento do PPP apropriassem de suas concepções filosóficas e educacionais; concepção de vida escolar do aluno e, sobretudo, humana da realidade de ensino e aprendizagem na comunidade Galileia, já que estavam envolvendo-se nessa experiência singular.

Contudo, colocou-se que não era apenas uma experiência do corpo técnico, havia também a parceria e apoio da comunidade em geral – escola, igreja, famílias, cooperativas, etc. – ampliando a dinâmica de registro inicial da construção do PPP, pois como nos diz Paro (2001, p.16):

Assim, a escola que toma como objetivo de preocupação levar o aluno a querer aprender precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para sua tarefa de desenvolver nos educandos atitudes positivas educadoras com relação ao aprender e ao estudar.

Após as reuniões de formação, foi organizado um planejamento daquilo que se iria fazer, iniciando pelos caminhos que seria utilizado para motivar a comunidade a participar das reuniões, já que a participação desta nas reuniões de pais e mestres geralmente limitava-se a um número reduzido de participantes. Então, o primeiro desafio era: como motivar a participação da comunidade local para discutir a elaboração do PPP?

Ao final destes questionamentos, chegou-se à realidade de assumir que de alguma forma, a gestão estava pacífica, precisava-se de mais estratégias que levasse a comunidade a querer participar dessas reuniões. Desta forma, elaborou-se carta-convite, com explicações sobre o PPP,

além de se realizar debates em sala de aula centrados na importância da participação, da democracia na escola, da construção do projeto da escola.

Depois deste momento, foi realizada a primeira reunião com toda a comunidade escolar e foi possível perceber que houve um aumento considerável de pais em comparação com outras reuniões promovidas. Em torno de sessenta pais estiveram presentes junto com o corpo técnico-administrativo, docentes e alunos.

Sabemos que a construção coletiva de um projeto político pedagógico é imprescindível, perpassa pela participação da comunidade escolar em todas as ações da escola e permite a revelação da identidade da instituição. Seguindo esse viés de compreensão, o Ministério da Educação (2004, p. 22) enfatiza que “o processo democrático vive da ação coletiva e, como tal, implica participação da comunidade escolar no processo de discussão e definição de suas políticas e projetos educacionais”. Daí nosso empenho para que professores, alunos, pais de alunos, barqueiros, estivessem presentes nesta reunião e o objetivo foi alcançado.

Os membros da comunidade evangélica Galileia participaram discutindo os rumos de valores religiosos, a escola com reformulações dos currículos educacionais, a cooperativa com a questão de infraestrutura de transporte escolar e as famílias com as múltiplas realidades socioculturais – econômicas, saberes locais, crenças e narrativas míticas etc. – voltando-se sempre para condição de formação humana e formal dos alunos.

Foi um momento muito proveitoso e, como resultado desta reunião, organizou-se um cronograma das ações a serem desenvolvidas a partir de então. Primeiro, foram agendadas novas datas de formação com a comunidade escolar, depois, constituiu-se três grupos de trabalho formado por docentes, pais de alunos e equipe técnica com o objetivo de realizar

uma pesquisa documental da vida da escola e seus indicadores educacionais.

Esta pesquisa foi realizada utilizando o regimento interno, o plano de ação e busca nos arquivos da Secretaria de Educação para registrar o que de fato existe quanto à vida da escola e, analisando-se esses dados, construir um diagnóstico dos dados levantados.

Quadro 2 - Quantidade de Questionários aplicados

CATEGORIA	QUANTIDADE DISTRIBUIDA	PERCENTUAL RESPONDENTE
Pais de alunos	40	50%
Alunos	35	71,4%
Técnicos-administrativos	15	66,6%
Docentes	10	100%

No questionário A aplicado com os pais, foi abordado: nível de escolaridade; renda mensal; participação na vida escolar dos filhos, percepções sobre a prática docente e seus resultados na aprendizagem dos filhos; considerações sobre a atuação da equipe gestora. Ao todo foram aplicados 20 questionários.

O questionário B aplicado com os alunos totalizou 25 e incluiu questões referentes à: profissão dos pais; religião; com quem o estudante mora. Além destas questões mais amplas, o questionário B buscava também a obtenção de informações quanto a aspectos diretamente relacionados com os processos de ensino e de aprendizagem, e incluía questões sobre: prática docente; relações interpessoais; estrutura física da escola; merenda escolar.

No conteúdo do questionário C aplicado aos funcionários técnico-administrativos constavam questões: quanto ao ambiente de trabalho; atividades cotidianas desenvolvidas; capacidade técnica e financeira para o gerenciamento das ações previstas. Ao todo foram aplicados 10 questionários aos funcionários.

Já o questionário D destinado aos docentes incluíam questões sobre: prática pedagógica; gestão escolar democrática;

Muitas dúvidas surgiram após a primeira reunião com a comunidade escolar, principalmente quanto ao contexto da escola, a realidade familiar local, as atividades econômicas, questões culturais e religiosas entre outras que poderiam ou não ser contempladas neste documento. Por conta disto, optou-se por elaborar e aplicar questionários as seguintes categorias:

ambiente físico e condições de trabalho; formação e desenvolvimento profissional. Neste, totalizou-se 10 questionários aplicados.

3.3 Análises dos dados da pesquisa e resultados obtidos

Na análise dos dados obtidos por meio da utilização da pesquisa-ação tornaram-se relevantes da pesquisa bibliográfica dois conceitos fundamentais para a orientação dos caminhos de construção do PPP: gestão e participação democrática (Paro, 2001). A partir desta reflexão teórica, iniciou-se uma discussão dos princípios e diretrizes que norteiam o PPP com os técnicos pedagógicos da escola. Assim, começou-se a pensar em tomadas de decisões pedagógicas mais descentradas, menos autoritárias e com mais participação e envolvimento da comunidade escolar.

Seguido desta questão, foi feito o processo de socialização com a comunidade escolar acerca da importância de construção do PPP, bem como de um envolvimento mais democrático nas decisões que a gestão pode tomar com a participação da comunidade. Nesse caso, onde se falou sobre gestão democrática e a importância de todos contribuírem para o sucesso da escola, destacou-se a fala de uma mãe

que também é aluna da EJA que disse: “por que no primeiro dia de aula já não se iniciava explicando o objetivo da escola, a gestão democrática e convidando todos a ajudarem a escola a funcionar direito?”

A fala da aluna possibilitou à gestão repensar o planejamento deste primeiro dia de aula na escola e a construir uma proposta para o próximo ano que atendesse a esse questionamento.

Além disso, a pesquisa documental possibilitou repensar as questões relacionadas à constituição histórica da escola, desconhecida desta nova geração que hoje chega na instituição, ou seja, aquele aluno do próprio rio onde fica a escola ou advindos de outras localidades. E mais, possibilitou fazer uma trajetória da avaliação dos dados de rendimento da escola no desenvolvimento da leitura e escrita (IDEB, ANA – Avaliação Nacional

da Aprendizagem, PROVA BRASIL), particularmente em relação ao município, o Prêmio Muleki Sabido, que faz uma avaliação dos rendimentos dos alunos da rede municipal de ensino.

Avançando nesta análise, mapeou-se a partir da aplicação de questionários – com os pais, alunos, corpo técnico-administrativo e docentes – informações junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa para constituir um perfil social, cultural e educacional da escola e com isso documentar os primeiros percursos para elaboração do PPP. Desta coleta, descreve-se a seguir os resultados obtidos.

3.3.1 - Questionário aplicado aos pais

Em relação ao que foi perguntado aos pais quanto ao aspecto socioeconômico, observa-se quanto à renda familiar, conforme quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Qual sua fonte de renda?

Madeira	Pescadores de camarão	Extração do palmito	Beneficiários do Bolsa Família
25%	40%	35%	100%

Segundo leitura do Quadro 3, pode-se dizer que dos 20 questionários aplicados,

apenas 5 questionários indicavam que a família trabalha com a extração de madeira, correspondendo a 25% dos respondentes. Constatou-se também que 7 dos respondentes são pescadores de camarão, totalizando 40%. Além disso, pode-se visualizar que 8 dos questionários respondidos (35%) disseram que sua fonte de renda provinha da extração do palmito.

Vale ressaltar que se percebeu, no decorrer da pesquisa, um dado econômico comum a todas as famílias pesquisadas. A unidade de ensino recebe

da comunidade Galileia famílias de baixa renda, beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal e que sobrevivem geralmente desta única fonte de renda, especialmente quando da escassez do camarão naquela comunidade.

Continuando, analisando as informações dos respondentes quanto ao que foi perguntado sobre o nível de escolaridade, observa-se:

Quadro 4 - Qual seu nível de escolaridade?

Não-alfabetizados	Ensino Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto
35%	25%	30%	10%

Conforme dados do Quadro 4, observa-se que 35% dos respondentes não frequentou

a escola; 25% dos pais não concluíram o ensino fundamental; 30% possuem o ensino fundamental completo e apenas 10% o médio incompleto.

O perfil socioeconômico dessas famílias mostra que a educação divide com a condição de trabalho local – pesca do camarão, madeira e palmito – lugar pouco priorizado.

Quanto ao que foi perguntado sobre a participação dos pais na vida escolar dos filhos, temos:

Quadro 5 - Você acompanha a vida escolar de seu filho? Como você faz isso?

Acompanha diretamente	Acompanha indiretamente	Não acompanha
15%	20%	65%

No quadro 5, 15% dos respondentes disseram que participam diretamente acompanhando a vida escolar dos filhos, 20% participa indiretamente e 65% não participa.

Analisando as respostas da maioria dos pais, percebe-se que não há um acompanhamento no processo educativo das crianças, o que significa dizer que os pais da comunidade não procuram a escola para saber como está a trajetória escolar dos alunos. Há de um lado, uma preocupação muito grande com a frequência na escola por causa do Programa Bolsa Família e, por outro, a ausência da participação da família na escola que, muitas vezes, sem orientação e informação com os filhos, convive com situações de gravidez na adolescência, casamento na fase da puberdade e abandono escolar advindos destas questões.

Dando prosseguimento a esse processo de análise, ainda no questionário dos pais, examinou-se que os pais criticavam a prática docente, destacando a falta de compromisso e inexperiência de alguns no processo ensino-aprendizagem. Vale ressaltar aqui a fala de um pai de aluno que dizia: “o professor não sabe ensinar meu filho. Esses professores que a secretaria manda passa mais tempo na cidade do que ensinando a leitura...”

Percebe-se que um dos grandes problemas diz respeito à qualificação profissional dos professores. Entre os dez professores do ensino fundamental menor (1º ao 5º ano), apenas dois são recém-formados em Pedagogia, os demais possuem o ensino médio completo e ingressaram recentemente no Plano de Formação Docente do Estado (PARFOR) para iniciar o curso de Pedagogia neste ano de 2015.

A falta de formação pedagógica e experiência docente desses professores – apenas com o ensino médio – dificulta muito o processo ensino-aprendizagem. Ademais, para muitos deles, infelizmente, a sala de aula significa a possibilidade de emprego garantido.

É evidente que essas problemáticas tem influenciado diretamente no rendimento escolar, conforme vemos abaixo:

Quadro 6: Taxa de Rendimento Escolar da EMEF Porto Alegre - 2009 a 2012

Fonte: <http://pdeinterativo.mec.gov.br>



Como vemos, a taxa de reprovação no ensino fundamental vem aumentando ao longo

dos anos, o que pode caracterizar que a educação está deficiente e que o aluno não tem interesse pelas aulas. Desta maneira, faz-se urgente e necessária uma indagação sobre o que tem ocasionado essa crescente reprovação e, ao mesmo tempo, levar ao conhecimento da comunidade escolar essa problemática a fim de buscar parceria.

Não se pode esquecer que a escola Porto Alegre está localizada na área rural do município e, como tal, necessita de um currículo que atenda essas especificidades, mas sem perder de vista a formação humana também em nível global, ou melhor, articulado com outros conhecimentos interdisciplinarmente.

É nesse contexto de desenvolvimento que a escola precisa estar frente ao novo horizonte de possibilidades. Mas que possibilidades são essas onde a realidade dos alunos não é contemplada

no currículo escolar e tampouco na sala de aula? O que percebemos é que os docentes ainda não estão preparados para trabalhar com a diversidade e a singularidade de cada aluno.

Tais problemáticas causam, na maioria das vezes, angústias aos professores, frustrações a coordenação pedagógica, desânimo aos alunos e a escola no final do ano apresenta um baixo rendimento quali-quantitativo no processo de ensino-aprendizagem.

Toda situação problema existente na escola pode ser considerada pela ausência de uma coordenação do trabalho pedagógico já que ele é, diz Vasconcelos (1995, p.45) “o âmago das instituições de ensino, na medida em que seu núcleo é o trabalho com o conhecimento”.

3.3.2 Questionário aplicado aos alunos

Quadro 7 - Qual a religião que seus pais professam?

Católica	Protestante	Sem religião
20%	80%	0%

Quando questionados sobre a religião dos pais, 80% dos respondentes afirmaram que eles são protestantes, pertencentes à Igreja Evangélica Assembleia de Deus e 20% que são católicos.

Diante do grande número de pais evangélicos, a escola enfrenta algumas dificuldades em dialogar com eles direitos básicos da criança, como por exemplo, a participação destas nas atividades de educação física justamente pelas concepções religiosas que eles têm sobre o assunto.

Quadro 8 - Você mora com seus pais? Caso negativo, com quem mora?

Mora com os pais	Mora com os avós	Mora com outros
72%	28%	20%

Quando perguntados com quem moram, 72% dos respondentes disseram que moram com os pais; 28% com os avós e 20% com outras pessoas (irmãos, parentes, etc).

Sobre a prática docente, destaca-se a fala de um aluno do 7º ano do ensino fundamental que respondeu: “*tem professores que são responsáveis, que a gente percebe que quer o melhor para nós, as aulas são dinâmicas, mas tem umas ‘vasilhas’ que vem pra cá que mal o barqueiro desamarra o barco e ele já está lá dentro faz tempo..., principalmente nos finais de semana*”.

O quadro de docentes da escola Porto Alegre é composto por 70% dos professores que residem na cidade de Melgaço. Por conta disto e pelas poucas horas de distância da escola para a cidade, a gestão enfrenta um desafio muito grande nos finais de semana de fazer cumprir as quatro horas de escolarização que a LDB assegura ao aluno, pois há uma

Quanto à estrutura física do espaço escolar, os alunos disseram que a escola toda precisa de uma reforma urgente e reclamaram principalmente da falta de ventilação nas salas e de um espaço maior para desenvolvimento dos eventos e atividades educativas fora da sala de aula. Sobre a merenda escolar houve elogios, principalmente porque antes, por falta de energia elétrica, *“a merenda que vinha para a escola era só enlatada e agora, até frango nós come.”* (transcrição da resposta de um aluno do 5º ano do Ensino Fundamental)

3.3.2 Questionário aplicado aos técnicos-administrativos

O questionário aplicado aos funcionários técnico-administrativos constatou que o ambiente de trabalho gerou as maiores críticas, pois não existe um espaço específico na escola para o coordenador pedagógico, o secretário e a direção, que compartilham da sala interativa para desenvolver as atividades.

Também, ao serem perguntados sobre o desenvolvimento de suas atividades funcionais, os respondentes disseram que por causa de um número reduzido de funcionários eles acabam tendo que realizar funções que não são suas e acabam sobrecarregados de trabalho. Tudo isso na intenção de dar o melhor de si para que a escola caminhe melhor.

Quando perguntados sobre a capacidade técnica e financeira para o gerenciamento das ações previstas, os respondentes disseram que sentem necessidade de formação continuada em suas áreas específicas, pois em algumas situações se sentem incapacitados de desenvolverem as ações.

3.3.4 Questionário aplicado aos docentes

Já na análise do questionário destinado aos docentes, observou-se que sobre a prática pedagógica os mesmos acreditam que estão se saindo bem e que o acesso deles a um curso de graduação por meio do Parfor ajudará a melhorar a prática em sala de aula.

Sobre a gestão escolar eles disseram que a relação entre todos na escola é muito boa e isso tem se ampliado na medida em que mais reuniões com o corpo da escola é realizado. Porém, sobre a gestão democrática, os respondentes disseram que ainda não se efetivou na Escola Porto Alegre, ainda há muito autoritarismo e centralização das decisões e alegaram que a ausência de um conselho escolar participando das decisões da escola favorecendo diferentes posicionamentos.

Na ocasião em que foi realizado o diagnóstico para a construção do PPP percebeu-se que a concepção da gestão sobre essa temática era muito limitada e que, portanto, não havia uma gestão democrática. Além da ausência do conselho escolar, a comunidade tinha receio em participar das reuniões e das ações desenvolvidas pela mesma, e a direção decidia sozinha os rumos da instituição, porém, sabemos que “a implementação dos conselhos escolares permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada.” (MEC, Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004, p. 22) e isso se torna fundamental à medida que se crie um espaço coletivo de tomada de decisões na escola.

De fato, por não existir um conselho constituído por membros da comunidade, ninguém sabia como eram aplicados os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e se haviam outros recursos recebidos pela mesma.

Analisando as respostas dos docentes quanto ao ambiente físico da escola e condições de trabalho foi possível perceber que eles tecem comentários bastante negativos quanto a estrutura da escola. Disseram que apesar de já se ter avançado muito, principalmente na conquista de um gerador de energia, ainda é preciso de água potável, de um espaço para eventos e de uma reforma geral na estrutura física da escola.

No aspecto formação, constatou-se o seguinte:

Quadro 8 - Formação Docente

Ensino Médio	Cursando Graduação	Com Graduação
40%	40%	20%

Dos 10 professores existentes na escola, 4 possuem o ensino médio completo, o que corresponde a 40% dessa demanda, 4 estão cursando universidade por meio do PARFOR e 2 tem o curso de graduação completo (20%). Os respondentes disseram ainda que, pelo menos duas vezes ao ano, participam das formações continuadas promovidas pela Secretaria de Educação e que estas têm sido essenciais para ajudá-los a melhorar a prática pedagógica e que o ingresso na Universidade contribuirá para o desenvolvimento profissional.

Por fim, feito esses encaminhamentos, o relatório das ações realizadas foram sistematizadas e entregues à escola para posterior uso no processo de continuidade na elaboração do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este percurso e relação no corpo a corpo com o cotidiano da escola, os técnicos, os professores e alunos, sobretudo, a comunidade escolar geral foi muito relevante para repensar a gestão escolar com participação democrática. Não se pode deixar de mencionar que o norte de uma construção do PPP se faz pelas vias dos debates e concepções humanas que as pessoas têm de educação.

Ouvir e intervir nesta realidade com o apoio da gestão escolar e corpo técnico, assim como os professores e alunos; pais e responsáveis foram fazendo valer a pena lutar por uma educação humana e formativa de concepção crítica dos alunos na comunidade da Galileia.

Não foi fácil ouvir e dialogar com pensamentos muitos distintos da educação formal. Na fala de alguns professores, ficou evidente que ainda existe, infelizmente, docentes que discriminam o

AFONSO, Almerindo Janela. *Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 22, n. 75, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2004, p.22.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 estabelece as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília (DF), 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

CURY, C. R. J. *O direito à educação: um campo de atuação do gestor*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 35ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PARO Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3ª Ed, São Paulo: Ática, 2001.

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3.ed. São Paulo:

conhecimento não formal. Acreditam que apenas eles possuem a capacidade de governar e que o povo é incapaz de exercer poder.

Todavia, esse era o desafio, criar condições de percursos nas diferenças de pensamento – igreja, escola, cooperativa etc. – como forma de pluralizar a questão educacional e valorizar a riqueza cultural da região.

Construir esses primeiros passos de escuta mostra que o processo educacional, para resultar na qualidade de ensino e de uma escola mais democrática, precisa escutar os membros da escola e perceber seu contexto na realidade. Esse contexto múltiplo de múltiplas vozes que desejam direitos de uma formação educacional relevante, mas que precisam ser regimentada pelas propostas do PPP.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Porto Alegre caminha ainda em processo de construção com estes primeiros registros elaborados em forma de um relatório deixado na escola com as impressões já delineadas de seus futuros passos para concretizá-lo.

Esta escuta, para pensar uma participação democrática entre alunos, professores e escola, é muito importante porque reflete o perfil de escola que temos no meio rural do município. Uma escola que precisa valorizar os conhecimentos locais para se posicionar diante dos outros globais.

Ainda podemos dizer que esta percepção democrática de gestão caminha a passos lentos. É preciso que haja muitas mudanças na estrutura escolar, nas políticas administrativas e qualificação profissional para chegarmos ao nível de gestão com respeito à pluralidade e diversidade cultural que envolve a escola.

REFERÊNCIAS

Atlas, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 7ª edição. Editora São Paulo: Cortez; 1996.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Coordenação do Trabalho*

Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7ª Ed. São Paulo. Libertad Editora, 1995.